

**Inquérito Civil n. 06.2016.00001807-4**

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça signatário, Edisson de Melo Menezes, doravante denominado **COMPROMITENTE**; e o **MUNICÍPIO DE PINHALZINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 83.021.857/0001-15, com sede na Av. São Paulo, n. 1615, Centro, 89870-000, nesta cidade, representado pelo **Prefeito Municipal, Senhor Mário Afonso Woitexem**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO** nos autos do Inquérito Civil n. 06.2016.00001807-4, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

**CONSIDERANDO** que é função do MINISTÉRIO PÚBLICO a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, entre eles a ordem urbanística, segurança viária e a cidadania [art. 1º, inc. III, da Lei n. 7.347/85, com redação que lhe foi dada pela Lei n. 10.257/2001 art. 53];

**CONSIDERANDO** que compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da **segurança de ciclistas**; (art. 21, II, do Código de Trânsito Brasileiro);

**CONSIDERANDO** que são ações de mobilidade urbana previstas do Plano Diretor de Pinhalzinho “*III - implantar vias marginais pavimentadas dotada de ciclovia/ciclofaixa e abrigo de passageiros ao longo do trecho urbano da BR 282 em ambos os lados, facilitando e garantindo o deslocamento com segurança;*” e “*VII - projetar e implantar um sistema de mobilidade que priorize o deslocamento através de ciclovias/ciclofaixas e sua integração com outros modais*” (art. 20, III e VII, da Lei Complementar n. 144/2012 – Plano Diretor de Pinhalzinho); (grifei)

**CONSIDERANDO** que é dever do Ministério Público zelar pela ordem urbanística local, bem como pela segurança viária e cidadania;

**CONSIDERANDO** que não obstante o custeio da ciclovia seja proveniente de recurso público federal<sup>1</sup>, é atribuição do Ministério Público Estadual zelar pelo direito urbanístico e pela segurança viária dos usuários da ciclovia;

**CONSIDERANDO** que o laudo pericial – custeado pelo Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – elaborado pelo Eng. Francisco Enoir dos Santos Filho concluiu que: *"pelo fato da ciclovia estar na principal avenida do município de Pinhalzinho aumenta muito as chances de riscos de acidentes, e que seria mais proveniente sugerir outras rotas para dar mais fluxo e segurança aos ciclistas"*;

**CONSIDERANDO** que o laudo pericial realizado aponta que *"os estudos [para execução da ciclovia] foram insatisfatórios e não foram suficientes para atestar a segurança do usuário"* e que *"não foram encontrados nos autos indícios de estudos específicos de segurança na implementação da ciclovia, e a falta comprovada de um profissional na área de engenharia dos transportes afim de elaborar um estudo prévio para garantir a segurança dos usuários"*;

**CONSIDERANDO**, ainda, em relação à segurança do usuário, o laudo aponta que *"é possível concluir que há incremento de [risco] à vida, é notório que a ciclovia oferece riscos à segurança, em função de estar em meio a avenida mais movimentada do município de Pinhalzinho, tem vários pontos críticos que exigem alta atenção dos ciclistas, assim aumentando a incidência do risco à vida, tornando a ciclovia além de perigosa em uma ciclovia de pouca eficiência, pois requer que o ciclista pare a cada quadra, com uma mediana de 120m lineares, a ciclovia deve ser planejada além de atender as demandas de mobilidade e segurança, mas também atender o fluxo dos ciclistas, por isso não é indicado para pequenas quadras e com grande fluxo de trânsito [...]"*;

**CONSIDERANDO** que a ciclovia está interditada provisoriamente desde 11 de janeiro de 2018, após a expedição da Recomendação n. 001/2018/PJ/PIN;

**CONSIDERANDO** que os novos estudos apresentados pelo município sugerem novos investimentos públicos para um incerto incremento em segurança da ciclovia (pp. 122-153);

<sup>1</sup> Contrato de Repasse n. 789750/2013/Ministério das Cidades/Caixa (Processo n. 2623.1007745-36/2013), firmado entre o Município de Pinhalzinho e a União Federal (Ministério das Cidades), no ano de 2013, objetivando a "revitalização urbana Avenida Brasília e Recife", prevendo um repasse de verba pública federal no valor de R\$245.850,00 (pp. 62-79).

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **1 DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta (TAC) visa compromissar o município de Pinhalzinho a interditar definitivamente a ciclovia existente da Avenida Brasília devido à ausência de segurança ao usuário e à proposição de medida compensatória ambiental.

### **2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:**

#### **2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER:**

**Cláusula 2ª:** O município de Pinhalzinho compromete-se a, no prazo de 30 (trinta) dias, **interditar** de forma definitiva a ciclovia existente na Avenida Brasília, em Pinhalzinho.

**Parágrafo primeiro:** como medida de **compensação ambiental**, o município de Pinhalzinho compromete-se a:

**a)** no prazo de até 60 (sessenta) dias, elaborar e executar projeto urbanístico no local da ciclovia;

**b)** no prazo de até 6 (seis) meses, elaborar projeto de arborização e executá-lo tecnicamente, mediante o plantio de mudas de árvores de espécime adequadas e adaptáveis ao meio urbano nas calçadas, em ambos os lados, ao longo da Avenida Brasília até o cruzamento com a Avenida Porto Alegre, ficando responsável, ainda, pela manutenção e vinga das mudas plantadas pelo período mínimo de 1 (um) ano;

**c)** no prazo de até 6 (seis) meses, elaborar projeto de arborização, adotando as medidas técnicas e administrativas pertinentes, além de propor projeto de lei à Câmara de Vereadores visando a criação de plano/código de arborização urbana para o município de Pinhalzinho.

### **3 DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 3ª:** O Ministério Público Estadual compromete-se a não adotar qualquer medida judicial de natureza cível contra os órgãos e as entidades,

pessoas físicas ou jurídicas, que assinarem ou aderirem a este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no tocante aos itens acordados, caso os compromissos pactuados sejam cumpridos dentro dos prazos e das condições previstas, ressalvada eventual medida de responsabilização em face do gestor público municipal responsável pela obra da ciclovia à época decorrente de eventual má aplicação da verba pública federal a juízo do Órgão com atribuição para tanto.

**Parágrafo primeiro:** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

#### **4 DO DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 4ª:** Pelo descumprimento do ora pactuado responderão solidária e pessoalmente o(s) agente(s) público(s) responsável(is) direto(s) que ora subscrevem pelo inadimplemento das obrigações ora pactuadas, equivalente a 10 (dez) vezes o valor de sua remuneração mensal.

**Parágrafo Primeiro:** O descumprimento das obrigações acima assumidas no prazo estabelecido sujeitará, pessoalmente, o Prefeito Municipal ao pagamento de uma multa de 5 (cinco) vezes o valor de sua remuneração mensal, valendo a presente convenção como título executivo extrajudicial, nos termos do disposto no art. 5º, §6º da Lei nº 7.347/85, combinado com o art. 784, IV do CPC.

**Parágrafo Segundo:** Quaisquer das multas estipuladas nesta cláusula serão revertidas ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados, cujo valor deverá ser pago em espécie mediante Guia de Depósito.

**Cláusula 5ª:** O descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito, formal e devidamente justificados ao Ministério Público Estadual, sujeitará os inadimplentes, na medida de sua responsabilidade, ao pagamento de multa diária correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser revertida para o Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas dos órgãos ambientais competentes.

**Cláusula 6ª:** Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente termo de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, independentemente do aforamento de ação civil pública ou outras providências, a critério do Ministério Público;

## **5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 7ª:** As partes elegem o foro da Comarca de Pinhalzinho/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

**Cláusula 8ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, assim como a data para contagem dos prazos nele estabelecidos.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

**Cláusula 9ª:** Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o §3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e os artigos 48, inciso II, e 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Modelo, 18 de outubro de 2019.

[assinado digitalmente]

**EDISSON DE MELO MENEZES**

Promotor de Justiça

**MÁRIO AFONSO WOITEXEM**

Prefeito de Pinhalzinho

Compromissário

Adair Luiz Niederle

Assessor Jurídico